

DESPACHO

À DGCL,

Senhora Pregoeira,

Trata-se da análise da amostra apresentada pelo licitante F000203 (KOKRENUM LTDA), participante do pregão eletrônico, cujo objeto é a *"Contratação de empresa especializada para confecção de camisetas, com artes pré-definidas, a serem usadas nas unidades do GAECO/MG e no projeto Ministério Público Itinerante"*.

As amostras foram tempestivamente recebidas, conforme SEI nº 4310822.

Depreende-se do instrumento convocatório os critérios de avaliação e de aferição de compatibilidade pelos quais os itens foram submetidos, quais sejam: conferência de medidas, costura e acabamento; avaliação da estampa, coloração, disposição e técnica usada.

Na aferição do material foi possível atestar a qualidade do produto (malha, tamanhos, acabamentos), do serviço (silk/estampa, cores) e a capacidade do licitante de confeccionar o solicitado com a qualidade esperada.

Na oportunidade, observamos a ausência da expressão "Promotor de Justiça" na camisa preta reservada ao GAECO, bem como a ausência de Silk/estampa na camisa branca destinada ao MP Itinerante, o que, no entender destas unidades técnicas, não prejudica a conformidade com as exigências editalícias.

Destarte, uma vez aferida a qualidade do produto, aliada a capacidade do licitante de produzir o que fora solicitado, entendemos que as amostras apresentadas atendem as condições e especificações técnicas indicadas no instrumento convocatório.

Cumpre-nos asseverar que o ato administrativo deve vincular-se ao princípio da razoabilidade, eventual desclassificação do licitante por falhas sanáveis e de pouca monta revelar-se-ia um formalismo exacerbado e culminaria em compreender o certame licitatório como um fim em si mesmo, quando, na realidade, cuida-se de um meio que busca atender às necessidades públicas.

A toda evidencia, não se trata de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tampouco negativa de vigência do art. 41 da lei 8.666/93 que dispõe que a *"administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada"*.

Em verdade, invocamos o princípio do formalismo moderado, para, em última análise, concluir que meras irregulares, evidenciadas por vícios levíssimos e irrelevantes, não se prestam a fundamentar desclassificação do licitante que comprovou aderência substancial aos termos propostos no edital.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

"Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação do licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para proporcionar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados (Acórdão 357/2015 -Plenário/ Relator: BRUNO DANTAS)".

Isto posto, após detida análise do material e, à luz da fundamentação exposta, entendemos que a amostra apresentada atende as condições e especificações técnicas indicadas, pelo que somos por sua aprovação.

Respeitosamente,

Belo Horizonte - MG, 16 de dezembro de 2022



Documento assinado eletronicamente por **RUBIA OLIVEIRA GUIMARAES, COORDENADOR II**, em 16/12/2022, às 14:28, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **MONICA ESPESCHIT BRAGA, ANALISTA DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 16/12/2022, às 15:22, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **4310827** e o código CRC **7B9D3CE2**.

